

HELIO SAUL MILESKI

Prefácio

Diogo de Figueiredo Moreira Neto

O ESTADO CONTEMPORÂNEO E A CORRUPÇÃO

Belo Horizonte



2015

© 2015 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Flávio Henrique Unes Pereira
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alexandre Coutinho Pagliarini	Gustavo Justino de Oliveira
André Ramos Tavares	Inês Virginia Prado Soares
Carlos Ayres Britto	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Mário da Silva Velloso	Juarez Freitas
Carmen Lúcia Antunes Rocha	Luciano Ferraz
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Lúcio Delfino
Clovis Beznos	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Cristiana Fortini	Márcio Cammarosano
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Marcos Ehrhardt Jr.
Diogo de Figueiredo Moreira Neto	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Egon Bockmann Moreira	Ney José de Freitas
Emerson Gabardo	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Fabrizio Motta	Paulo Modesto
Fernando Rossi	Romeu Felipe Bacellar Filho
	Sérgio Guerra



Luis Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo

Av. Afonso Pena, 2770 – 16º andar – Funcionários – CEP 30130-007
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

M643a Mileski, Helio Saul.
O estado contemporâneo e a corrupção / Helio Saul Mileski – 1. ed. – Belo Horizonte: Fórum, 2015.
423p.
ISBN 978-85-450-0076-1

1. Direito Constitucional. 2. Direito Administrativo. 3. Direito Financeiro. 4. Direito Econômico. 5. Direito Municipal. 6. Direito Público.
I. Título. II. Mileski, Helio Saul.

CDD: 342
CDU: 342

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MILESKI, Helio Saul. *O estado contemporâneo e a corrupção*. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015. 423p. ISBN 978-85-450-0076-1.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Diogo de Figueiredo Moreira Neto	13
---	-----------

NOTA DO AUTOR	17
---------------------	----

INTRODUÇÃO	21
------------------	----

CAPÍTULO I

EVOLUÇÕES E TRANSFORMAÇÕES DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO

1	Evoluções atuais do Estado	30
1.1	O Estado pluralista	38
1.2	O Estado transparente e participativo	44
1.3	A nova configuração do Estado e sua projecção para o futuro	54
2	Turbulência econômica global e seus reflexos no Estado contemporâneo.....	65
2.1	Fatores econômicos.....	66
2.2	Fatores Políticos	72
2.3	Fatores relativos à prestação de contas.....	83
3	Administração Pública e Estado Social e Democrático de Direito	90
4	Tendências atuais da Administração Pública	104
	Interesse público	105
	Discrecionariedade.....	109
	Ato Administrativo.....	112
	Contrato Administrativo	116
	Serviço Público	119
	Concessão de serviço público	123
	Direito Administrativo Econômico.....	125
	Processo Administrativo.....	127
4.1	Reforma Administrativa e Boa Administração.....	133
4.1.1	Ética Pública	140
4.1.2	Bom Governo e Boa Administração.....	149
4.1.3	O bom governo na Declaração do Milênio das Nações Unidas e no Livro Branco da Governança Europeia.....	159
4.2	Sociedade do Conhecimento.....	169
4.3	A nova Administração Pública	176
	Nova Administração Pública (NAP)/modelo 1: O impulso para a eficiência.....	179

Nova Administração Pública (NAP)/modelo 2: <i>Downsizing</i> e descentralização.....	180
Nova Administração Pública (NAP)/modelo 3: em busca da excelência	181
Nova Administração Pública (NAP)/Modelo 4: Orientação para o serviço público	182

CAPÍTULO II

A REFORMA ORÇAMENTÁRIA E FISCAL	201
1 Suporte constitucional da transparência orçamentária e fiscal.....	204
2 Princípios dirigidos à transparência orçamentária e fiscal	220
2.1 Princípio da definição clara de funções e responsabilidades.....	222
2.2 Princípio do acesso público à informação estatal	224
2.3 Princípio do acesso aos procedimentos de elaboração, execução e prestação de contas do orçamento	226
2.4 Princípio das garantias de integridade das informações fiscais	229
3 Estrutura normativa legal e o controle da responsabilidade orçamentária e fiscal.....	230

CAPÍTULO III

O CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	247
1 Aspectos de compreensão do controle e suas formas	253
1.1 Controle Institucional.....	263
1.2 O Ministério Público	264
1.3 O Controle Judicial.....	269
1.3.1 Sistema de dupla jurisdição: contencioso judicial e contencioso administrativo.....	271
1.3.2 Sistema de jurisdição una	272
1.3.3 O sistema de controle jurisdicional no Brasil e na Espanha.....	274
2 O controle financeiro e orçamentário	284
2.1 O controle interno.....	286
2.2 O controle externo	293
2.3 Entidades fiscalizadoras superiores na União Europeia.....	298
2.3.1 Modelos de Entidades Fiscalizadoras Superiores – EFS no cenário europeu	301
2.3.2 Sistema unipessoal: o controle do Reino Unido.....	305
2.3.3 Sistemas colegiados	308
2.3.3.1 O Tribunal de Contas e a sua função de controle na estrutura do Estado contemporâneo.....	309
2.3.3.2 O Tribunal de Contas como órgão inerente ao Estado Democrático de Direito.....	311
2.3.3.3 O Tribunal de Contas na Espanha e no Brasil	312
Composição e organização.....	316
Função	318
Princípios	319

	Objetivos	320
	Alcance da Fiscalização.....	322
	Competências constitucionais de fiscalização	322
	Resultados da fiscalização	322
3	O controle social.....	323
3.1	Transparência e Controle Social	323
3.2	O exercício do controle social é limitado aos aspectos políticos e culturais da sociedade.....	331
3.3	O controle social como um aliado do controle Institucional.....	338

CAPÍTULO IV

	CORRUPÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE	341
1	Origem, Noção e conceito de corrupção	344
1.1	Origem e noção de corrupção.	344
1.2	Corrupção como fenômeno político e econômico.....	351
1.3	Conceito de corrupção: corrupção pública e corrupção privada.....	355
2	Formas de manifestação da corrupção	362
2.1	A corrupção como problema cultural.....	364
2.2	A corrupção como problema político	370
2.3	A corrupção como problema econômico	375
3	Administração Pública e corrupção	379
3.1	Comércio Internacional, globalização, delinquência organizada e corrupção	381
3.2	Direito Sancionador como freio à corrupção	385
3.3	Estratégias dos países no combate à corrupção	388
	CONCLUSÕES.....	395
	REFERÊNCIAS.....	403